

RADAR FEMINISTA

NO CONGRESSO NACIONAL

22 de fevereiro de 2022



Já que estamos tão carentes de boas notícias, vamos comemorar dois avanços conquistados pelas companheiras da América Latina: no dia 17, **o Equador descriminalizou a interrupção da gravidez em caso de estupro** e, no dia 21, **a Colômbia descriminalizou o aborto até a 24ª semana de gestação**. “Es legal! El aborto en Colombia es legal!”.

Em nosso país de absurdos, ministérios como o da Saúde e dos Direitos Humanos elaboram notas técnicas questionando a vacinação ([Nota Técnica nº 2/2022-SCTIE/MS e Nota Técnica nº 1/2022/COLIB/CGEDH/DEPEDH/SNPG/MMFDH](#)). O Disque 100, número que atende denúncias de violações de direitos humanos, é colocado à disposição de negacionistas, fortalecendo e institucionalizando uma política anti-vacina. E um ministro do Supremo Tribunal Federal, provocado pelo partido Rede Sustentabilidade, tem de proibir o uso do Disque 100 para essa finalidade e determinar que os dois ministérios alterem as notas técnicas emitidas. O deputado Helder Salomão (PT/ES), apresentou o [PDL 32/2022](#), para sustar a Nota Técnica do MMFDH. A apreciação do projeto depende de deliberação do Presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira.

Seguindo no seu objetivo de “passar a boiada” o governo publicou mais dois decretos que afrouxam as regras de proteção do meio ambiente. O [Decreto nº 10.965, de 11 de fevereiro de 2022](#), que estabelece critérios simplificados para análise de atos processuais e procedimentos de outorga, principalmente no caso de empreendimentos de pequeno porte ou de aproveitamento das substâncias minerais.

E o [Decreto nº 10.966, de 11 de fevereiro de 2022](#), que institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala e a Comissão Interministerial para o Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala. Deputadas e deputados do PSOL apresentaram o [PDL 40/2022](#), sustando os efeitos do Decreto. O [PDL 39/2022](#) foi apresentado no mesmo sentido, por deputados do PV.

Provavelmente já pensando nas eleições e acenando para setores religiosos e grupos de comunicação, o governo publicou a Emenda

Constitucional nº 116/2022, que altera a Constituição Federal para prever a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel.

E a Lei nº 14.291, de 3 de janeiro de 2022, que altera a Lei dos Partidos Políticos para dispor sobre a propaganda partidária gratuita, assegurando direito a compensação fiscal para emissoras de rádio e de televisão pela cessão do horário gratuito previsto nesta Lei. Nem parece que as rádios e TVs são concessão pública.

No dia 9 de fevereiro, foi eleita a coordenação da Comissão da PEC 018/21 que trata da aplicação de recursos de candidaturas femininas. A proposta representa um retrocesso para a participação das mulheres na política.

A Bancada Feminina da Câmara, em sua primeira reunião do ano, discutiu prioridades para 2022 e definiu a programação do mês de março. Entre estas as eleições e a derrubada dos vetos à Lei Ordinária 14214/2021, que trata da dignidade menstrual.

Resultados da semana

14 a 18 de fevereiro

CÂMARA

Duas matérias foram aprovadas no Plenário da Câmara e vão à sanção presidencial.

O PL 976/2019, de autoria da deputada Flávia Moraes (PDT/GO), que determina o registro das medidas protetivas decretadas pelo juiz a favor de mulheres vítimas de violência, nos sistemas de informações das polícias civil e militar, que teve aprovado o Substitutivo do Senado.

E o PL 2058/2021, de autoria do deputado Tiago Dimas (SOLIDARI/TO), que disciplina o afastamento da empregada gestante, inclusive a doméstica, não imunizada contra a covid-19 das atividades de trabalho presencial, que teve parecer pela rejeição da Emenda do Senado. Com isso, após a imunização fica determinada a volta ao trabalho presencial. Veja detalhes nessa matéria do site da Câmara.

SENADO

O Plenário do Senado aprovou também o REQ 40/2022, de autoria da senadora Leila Barros (PSB/DF) e mais 17 senadoras e senadores, que solicita a realização de Sessão Especial em homenagem aos 90 anos da conquista do voto feminino, a ser realizada no próximo dia 24 de fevereiro de 2022.

Foi aprovado na Câmara, e segue para ser analisado pelo Senado, o PL 9432/2017 que altera o Código Penal Militar. Entre as mudanças aprovadas a que indica que os crimes sexuais ou praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, desde que “em lugar não sujeito à administração militar”, não serão tipificados como militares. Estando, portanto, sujeitos à legislação comum.

Em pauta na semana

21 a 25 de fevereiro

CÂMARA

Na pauta anunciada para esta semana, não identificamos nenhum projeto relacionado às mulheres.

No entanto, o Idec e a AMB (Associação Médica Brasileira) identificaram um movimento articulado na Câmara dos Deputados para acelerar a votação e a aprovação de um projeto de lei que pode significar o maior retrocesso da história para usuários e usuárias de planos de saúde no Brasil - o [PL 7419/06](#) e apensados.

Se for aprovado, o projeto vai esfacelar a regulação da saúde suplementar, aumentar a sobrecarga do SUS, eximir as empresas de suas responsabilidades e legalizar abusos e práticas discriminatórias.

Para evitar essa manobra e proteger os consumidores dessa nova investida das operadoras de planos de saúde, lançaremos um manifesto da sociedade civil denunciando a tentativa de aprovação do texto a toque de caixa e exigindo que o debate seja feito com transparência e participação social. Convidamos vocês a apoiarem essa iniciativa preenchendo o [formulário de adesão](#). **Atenção:** a adesão é exclusiva para entidades e não está aberta para pessoas físicas

Para ver a agenda das Comissões, [acesse](#).

Novas propostas apresentadas

Mais uma proposta alterando a Lei Maria da Penha

PL 285/2022, de autoria do deputado Luizão Goulart (REPUBLIC/PR), altera a Lei Maria da Penha, para dispor sobre a criação de postos de apoio de atendimento às mulheres em terminais de transporte e prédios públicos.

Desigualdade de gênero no meio rural

PL 308/2022 de autoria do deputado Marcelo Moraes (PTB/RS), estabelece políticas de valorização da mulher produtora rural.

Direito de candidatas lactantes

PL 316/2022, de autoria do deputado Benes Leocádio (REPUBLIC/RN), estabelece o direito de candidatas lactantes amamentarem o próprio filho durante a realização de provas de concurso público.

Disfarçadas de “nobres intenções”, seguem as tentativas de ingerência na autonomia escolar

PL 269/2022, de autoria do deputado Junio Amaral (PSL/MG), altera o § 6º do Art. 26 da Lei de diretrizes e bases da educação nacional, que indica que as artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular do ensino da arte, para proibir aquelas que “exponham crianças e adolescentes à erotização precoce, mediante a realização de danças em eventos e manifestações culturais, cujas coreografias aludam a prática de relação sexual ou ato libidinoso”.

A justificativa do projeto é recheada de insinuações de que as escolas estariam “passando do ponto” e de que o ambiente escolar estaria sendo desvirtuado e utilizado para a erotização precoce.

Mas o que esperar de um parlamentar que assina proposta para prever o crime de falsa acusação de nazismo (**PL 254/2022**) e para inscrever Olavo de Carvalho no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria (**PL 254/2022**)?

Vale a pena conferir!



Plataforma pela Reforma do Sistema Político: [Movimentos sociais tentam barrar a PEC 18/21 – projeto prejudica as candidaturas femininas](#)



UOL Notícias - Ana Flávia Magalhães Pinto, integrante da Rede de Historiadoras Negras e Historiadores Negros: [Degola, linchamento e cassação: gente negra pode mesmo eleger e ser eleita?](#)



Comissão de Direitos Humanos (CDH): [Audiência Pública para discutir a temática da violência política no País, que vitima principalmente mulheres, negros e LGBTQIA+.](#)



Instituto Patrícia Galvão: [Webinário - Aborto em caso de estupro: Como enfrentar a ofensiva conservadora para retirada desse direito](#)



Redeh: [Linha do tempo sobre os 90 anos do Voto Feminino no Brasil](#)

5



Radarelaborado pela equipe do [Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA](#), a partir das informações fornecidas pela [Contatos Assessoria Política](#) e dos sites da [Câmara](#) e do [Senado](#).